

**SIG N. 06.2021.00003351-4**

**OBJETO:** apurar necessidade de recuperação de dano ambiental na propriedade de Sidnei Voss, tendo por base informações derivadas do PA n. 09.2010.00000187-1

### **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Braço do Norte, neste ato representado pela Promotora de Justiça Marcela Pereira Geller, doravante designada **COMPROMITENTE** e **Sidnei Werner Voss**, (CPF n. 796.179.059-49), qualificado no cadastro do Inquérito Civil, neste ato acompanhado do Engenheiro Sanitarista e Ambiental **Carlos Geraldo Rodrigues Júnior** (CREA/SC 075767-7) doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil em epígrafe, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**CONSIDERANDO** que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e as futuras gerações;

**CONSIDERANDO** que o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

**CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública visando à proteção dos direitos constitucionais, dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos, bem como do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos do art. 82, VI, da Lei Complementar

Estadual n. 197/2000;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) legitima o Ministério Público a intentar a Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais se inclui a defesa do meio ambiente urbano, com vista à sua preservação para as presentes e as futuras gerações;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII, 170, VI, 182, § 2º, 186, II, e 225, todos da Constituição da República, preceito reafirmado no Código Civil, em seu art. 1.228, § 1º, segundo o qual o *"direito a propriedade deve ser exercitado em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas"*;

**CONSIDERANDO** que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (art. 2º da Lei n. 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que a responsabilidade da *"correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental"* é objetiva, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81: *"sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade [...]"*;

**CONSIDERANDO** que a Lei da Mata Atlântica preceitua que *"a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social"* (art. 6º, caput, da Lei n. 11.428/2006);

**CONSIDERANDO** que as Áreas de Preservação Permanente são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos

ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** a singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, as quais, conforme indica a sua denominação, são caracterizadas, em regra, pela intocabilidade e pela vedação de uso econômico direto;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 12.651/2012 (Código Florestal), em seu art. 4º, I, estabelece que são áreas de preservação permanente as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

**CONSIDERANDO** que o Procedimento Administrativo n. 09.2010.00000187-1 acompanhava o Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 8 de dezembro de 2003, entre o Ministério Público, o ora investigado Sidnei Werner Voss e outros;

**CONSIDERANDO** que entre as obrigações lá existentes estava a recuperação da área de preservação permanente da propriedade rural do investigado;

**CONSIDERANDO** que no curso do procedimento houve alteração legislativa com a superveniência do Código Florestal (Lei n. 13.615/2012);

**CONSIDERANDO** que mesmo reconhecida a flexibilização das obrigações, em razão das anistias previstas no artigo 61-A do Código Florestal, persistiu a necessidade de se recuperar a área de preservação permanente;

**RESOLVEM:**

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com a permissão do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes Cláusulas:

## **1 - DO OBJETO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a recuperação das áreas de preservação permanente localizadas no imóvel situado no distrito de Pinheiral<sup>1</sup>, e de propriedade do Compromissário, e que ainda não foi adequadamente recuperada;

## **2 - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O COMPROMISSÁRIO se obriga a recuperar a faixa das áreas de preservação permanente de sua propriedade, nos termos propostos pelo IMA<sup>2</sup>;

**Parágrafo Primeiro:** o PRAD deverá ser confeccionado e protocolizado junto ao IMA ou Funbama no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência da homologação do arquivamento deste IC. Os documentos deverão ser acompanhados de cópia do presente acordo. O cumprimento desta medida deve ser comprovado nesta promotoria por meio de cópia dos protocolos dos documentos.

**Parágrafo Segundo:** após a análise da autoridade competente, caso seja necessário adequar o PRAD, o COMPROMISSÁRIO se obriga a cumprir todas exigências feitas pelo Órgão Ambiental, no prazo estipulado por este, bem como, após homologado o projeto, a executá-lo, cumprindo as ações determinadas pelo plano, nos prazos determinados pelo órgão (cronograma);

**Parágrafo Terceiro:** o PRAD que será aprovado pelo Órgão Ambiental integrará este instrumento para todos os fins legais, assim como as

<sup>1</sup> Coordenadas UTM: 22J x 670128.00 m E y 6842866.00 m S

<sup>2</sup> Relatório IMA/CTB n. 109/2021

respectivas licenças concedidas por esse órgão;

**Parágrafo Quarto:** o COMPROMISSÁRIO se compromete em comprovar, perante esta Promotoria de Justiça, que apresentou os projetos/documentos exigidos pelo Órgão Ambiental, nos prazos estabelecidos, sempre que lhe for solicitado;

**Parágrafo Quinto:** o COMPROMISSÁRIO se obriga a observar e cumprir as exigências do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), promovendo a recuperação integral da área degradada conforme cronograma aprovado pelo órgão ambiental;

**Parágrafo Sexto:** o COMPROMISSÁRIO está ciente que deverá apresentar, a cada 6 (seis) meses, contados da data em que for devidamente oficiado no Procedimento Administrativo que será instaurado para fiscalizar o cumprimento do acordo, relatório devidamente elaborado pelo profissional técnico responsável pelo PRAD de cada etapa concluída, até a efetiva reparação do dano;

**Parágrafo Sétimo:** Para fins de controle do prazo de cumprimento da presente Cláusula, será considerado o cronograma apresentado e aprovado pelo Órgão Ambiental;

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos metaindividuais tutelados pelo presente instrumento, o COMPROMISSÁRIO compromete-se a depositar o valor de R\$ R\$ 1.000,00 (mil reais), em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina - FRBL, CNPJ 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante depósito via Guia de Recolhimento a ser expedida por esta 2ª Promotoria de Justiça;

**Parágrafo Primeiro:** o valor será parcelado em 5 (cinco) vezes, a serem pagas até o dia 10 de cada mês e cujo pagamento se iniciará a partir da data em que for devidamente notificada no Procedimento Administrativo -PA, que será instaurado após a homologação do arquivamento do inquérito civil;

**Parágrafo Segundo:** O valor foi assim estabelecido levando-se em consideração o que prescreve o artigo 8º, seu parágrafo único e respectivas alíneas, do Assento n. 1/2013/CSMP;

**Parágrafo Terceiro:** Para a comprovação desta obrigação, o Compromissário compromete-se a encaminhar à esta Promotoria de Justiça cópia do comprovante do pagamento dos boletos, em até 10 (dez) dias após o vencimento de cada um, conforme item acima.

### **3 – DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER**

**CLÁUSULA QUARTA** - o COMPROMISSÁRIO se compromete, a partir da data da assinatura do presente Termo, na obrigação de não fazer, consistente em não promover qualquer alteração da área de preservação permanente, exceto nas hipóteses previstas em lei e observada, quando for o caso, a concessão de prévia licença ambiental devida;

### **4 – DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**CLÁUSULA QUINTA** - em caso de transferência da propriedade ou posse da área, ou, ainda, cessão decorrente de contrato de aluguel/arrendamento, o Compromissário fica obrigado a dar ciência a outra parte do negócio, fazendo constar no contrato particular ou escritura pública as obrigações aqui assumidas e a respectiva multa pelo descumprimento;

**Parágrafo Primeiro:** em caso de transferência da propriedade ou posse da área, de qualquer forma, sem que tenham sido cumpridas todas as demais obrigações assumidas, o Compromissário permanecerá como responsável solidário com o adquirente, possuidor ou detentor, nas obrigações e na multa pelo descumprimento;

**CLÁUSULA SEXTA** – A fiscalização das cláusulas do presente Termo de Ajustamento de Conduta será realizada pelos órgãos ambientais (Polícia Militar Ambiental e IMA/Funbama), ou por Técnico Ambiental, mediante elaboração de auto de constatação ou documento similar, e conforme eventuais requisições do Ministério Público;

**Parágrafo Primeiro:** fica, desde já, estabelecido, que poderá ser

realizada vistoria *in loco*, a qualquer tempo, por conveniência do Ministério Público ou dos Órgãos Ambientais, independentemente de aviso prévio;

**Parágrafo Segundo:** fica o COMPROMISSÁRIO ciente que eventuais valores despendidos no custeio de perícias realizadas, ainda que para adoção de medidas judiciais, serão ressarcidos por ele ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

## **5 – DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO PRESENTE AJUSTE**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - em caso de descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, o Compromissário estará sujeito, a título de cláusula penal, ao pagamento do valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidamente atualizado de acordo com índice oficial - INPC, desde a data da celebração deste Termo de Ajustamento de Condutas até a data do efetivo desembolso, a ser recolhido ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

**Parágrafo Primeiro:** o valor da multa incidirá de forma independente para qualquer obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, que porventura venham a ser descumpridas e não exime o Compromissário de dar andamento à execução da obrigação inadimplida;

**Parágrafo Segundo:** além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

**Parágrafo Terceiro:** para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação;

**Parágrafo Quarto:** o valor estipulado na presente cláusula será exigido independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o Compromissário constituído em mora com a simples ocorrência do evento;

**Parágrafo Quinto:** em caso de execução judicial do ajuste, o valor da multa será acrescido de juros legais, a partir da assinatura do presente termo;

**CLÁUSULA OITAVA** - Considerar-se-á como justificativa ao descumprimento das cláusulas ajustadas, sem a incidência da multa, a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado pelo Compromissário **previamente ao esgotamento dos prazos estipulados**;

## **6 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLAUSULA NONA** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, no qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias;

**CLAUSULA DÉCIMA** - O Ministério Público do Estado de Santa Catarina compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do Compromissário, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, inclusive procedendo a eventual execução, caso haja necessidade;

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente Ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá prazo indeterminado.



Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985 e artigo 784, inciso IV, do Código de Processo Civil.

### **DO ARQUIVAMENTO**

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público arquivou o Inquérito Civil de Autos n. 06.2021.00003351-4 e por estarem compromissados, firmam em 2 (duas) vias de igual teor, ficando o Compromissário ciente desde já de que será promovido o arquivamento do presente inquérito, o qual será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo artigo 9º, § 3º, da Lei nº 7.347/1985.

Braço do Norte, 14 de setembro de 2022.

(documento assinado digitalmente)

**Marcela Pereira Geller**  
**Promotora de Justiça**

**Sidnei Werner Voss**  
Compromissário

**Carlos Geraldo Rodrigues Júnior**  
Testemunha